
Mesmo se for negado, pedido de impeachment da OAB pode ser usado

Mesmo que o pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff feito pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil não seja aceito em alguma das etapas de análise na Câmara dos Deputados — presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), comissão especial sobre o tema e Plenário — seus argumentos não são perdidos, pois podem ser usados pelos deputados federais para formar juízo sobre o tema.

A explicação foi dada à **ConJur** pelo diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho. “O fato de estar apresentando [o pedido de *impeachment*] faz com que os parlamentares que achem o processo atual pouco consistente, do ponto de vista da caracterização do crime de responsabilidade, possam usar esse outro como reforço a sua convicção”, diz Queiroz.

O diretor também explica que o novo pedido, [apresentado nesta segunda-feira \(28/3\)](#), pode ser analisado por uma comissão diferente daquela responsável pela solicitação de impedimento apresentada pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior. “Em tese, cada pedido pode ter comissão própria, mas caso um pedido seja analisado mais rápido que os outros, as outras comissões são desfeitas, pois a análise perde o objeto.”

Caso o pedido seja negado, explica Queiroz, ele pode ser reapresentado, mas não com os mesmos argumentos. “Existe a possibilidade de reapresentar, desde que traga novos fatos”, diz, complementando que a Casa não pode se recusar a receber essas solicitações.

Segundo levantamento feito pela própria OAB, até agora, já foram apresentados 48 pedidos de impedimento de Dilma. É um “recorde” entre os últimos presidentes. Luiz Inácio Lula da Silva foi alvo de 34 pedidos; Fernando Henrique Cardoso, 17; Itamar Franco, 4; e Fernando Collor de Mello, que perdeu o poder após um *impeachment*, esteve na mira de 29 pedidos.

Descartado

Já na noite dessa segunda, porém, Eduardo Cunha descartou a possibilidade de apensar o pedido de *impeachment* protocolado pela OAB ao processo que já tramita na Casa. Segundo ele, o documento é “uma nova leitura”, o que exigiria uma nova comissão especial.

**Texto modificado às 14h do dia 29 de março de 2016 para acréscimo de informações.*

Date Created

28/03/2016